Dúvidas também na rede pública

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — De quatro estudantes do segundo grau do Colégio Júlio de Castilho — escola-modelo na rede oficial gaúcha, que formou gerações de políticos do estado, como o ex-ministro Paulo Brossard e o governador Antônio Britto (PMDB) —, ouvidos pelo JORNAL DO BRASIL, apenas um, Marcelo Esteves, de 18 anos, sabia o que é desaparecido político. Na sua interpretação, desaparecido político "eram as pessoas que iam contra o governo ditador", disse ele. "Vi pelos jornais que se relacionava com pessoas mortas durante a ditadura militar. E acho que devem mesmo receber essa indenização do governo, embora o mais justo é que essas pessoas ainda estivessem vivas."

Maria do Carmo Ribeiro Groth, 17 anos, no 1º ano do segundo grau, ignora o que é desaparecido político, mas sabe, "por ouvir falar", que houve "uma guerra, e numa guerra, segundo ela "tem de haver morte e tortura". Ela leu nos jornais sobre o projeto de indenização do governo federal para "pessoas desaparecidas na guerra". Maria do Carmo, assim como Marcelo e outros dois estudantes ouvidos — Raquel Barth e Márcio Trindade acham que é "justo" o pagamento de indenização.

A que menos sabia do assunto era Raquel Barth, 18 anos, 1^a série do segundo grau, que nunca ouviu falar de desaparecidos políticos e não lembra de ter visto ou lido alguma coisa sobre o assunto. Acha correto que famílias sejam indenizadas, mas não soube explicar por que isso deveria ser feito.

Márcio Trindade, 17 anos, 2ª série do segundo grau, também não sabia o que era desaparecido politico, mas "ouviu falar" sobre morte e tortura no regime militar, por causa das notícias recentes em jornais. "Tem de pagar indenização, porque as perdas foram grandes", acredita. Dos quatro, novamente Marcelo foi o único que sabia o que era luta armada, e que isso aconteceu durante os anos de chumbo. "O governo era ditador, pelo que diziam, não sei porque não era nascido. E as pessoas deveriam ter o direito de lutar pelo que acham justo."